Credencialismo, Corporativismo e Universidade - (Conexões e perspectivas pós-Constituinte)

GERALDO MOISÉS MARTINS

Orientadora:
Glaura Vasques de Miranda

Data da defesa:
16/12/88

Este trabalho dedica-se ao exame das relações entre os fenômenos do credencialismo, do corporativismo e o desenvolvimento da universidade brasileira. Com o objetivo de apreender a lógica dessas relações e de identificar suas principais repercussões para a organização e funcionamento do sistema de educação universitária, a análise empreendida é centrada na caracterização geral desses fenômenos, em suas origens e vinculações com a formação sócioeconômica do País, bem como no desdobramento de seus processos e em suas manifestações no aparato normativo (legislação). Maior ênfase é concedida aos aspectos relativos à organização e regulação das catetorias profissionais e à configuração da universidade como instância de formação e habilitação profissional.

As constatações levantadas mostram que os dois fenômenos estão profundamente ligados aos modos de conceber e de fazer a universidade. As principais tendências e conseqüências das relações examinadas apontam o credencialismo e o corporativismo como determinantes de relevo (ao lado de outros considerados pela literatura e explicações correntes) da avassaladora crise em que está mergulhada a universidade brasileira. Além de dissimular os verdadeiros problemas e distorções da educação universitária, o referido binômio também atua como forte condicionante dos esforços para sua renovação e democratização.

O trabalho levanta algumas questões relativas aos papéis atribuídos e/ou desempenhados pela educação pós-secundária no presente contexto social, em relação à formação profissional, à formação da cidadania e à instrumentação técnica e científica requeridas para a construção de uma sociedade moderna e democrática. São apresentados alguns subsídios para avaliação das políticas públicas pertinentes e, a partir das definições e perspectivas de mudança estabelecidas pela nova Carta Constitucional, a análise suscita algumas reflexões relativas à revisão da legislação ordinária sobre a matéria.

Memória e Escola - A produção do sentido na redação

EDSON NASCIMENTO CAMPOS

Orientador:
Hugo Mari

Data da defesa:
16/12/88

Este trabalho tem como origem a insatisfação de alunos de diversos graus de ensino com relação à prática escolar de escrita. E tem, como lugar definido, o interior da relação escola/sociedade, onde procura ambientar a questão que o conduz: qual é o sentido da produção do sentido do texto escolar? Tais direções constituem o Capítulo 2, "O Problema: Origem e Lugar".

Orientado por essa pergunta, procura o trabalho reconstruir o processo pedagógico que sistematiza o processo de ensino-aprendizagem de redação na escola de Primeiro Grau a partir dos significados das "falas" da memória de alunos de Segundo Grau, oriundos, predominantemente, de famílias de classe média e de escolas públicas. A reconstrução que possibilita a caracterização de tal processo constata a hegemonia da pedagogia tradicional no tratamento da escrita, o que evidencia a abordagem ideologizada de tal atividade. Tudo isso constitui o quadro de conteúdo que forma o Capítulo 3: "A Busca do Processo Pedagógico".

De posse do processo pedagógico reconstruído, o trabalho, agora, objetiva caracterizar a fisionomia do produto de uma certa prática de redação da escola de Primeiro Grau, sob o ângulo de seu sentido, orientando essa caracterização pelo pressuposto de que todo produto traz no seu corpo as marcas do processo que o constitui. É essa a linha que intenta reconstruir a memória das redações das séries iniciais do Primeiro Grau a partir da escrita mnemônica de alunos de Segundo Grau, procedentes, na sua quase totalidade, de famílias de classe média e de escolas públicas. A análise do texto reconstruído evidencia a atuação ideológica da pedagogia tradicional e a concepção conseqüente do que seja *linguagem e signo*. A reunião desses conteúdos forma o Capítulo 4: "A Busca do Produto".

De posse da caracterização do processo e do produto de ensino-aprendizagem de redação no Primeiro Grau, reconstruída pela memória da socialização de linguagem ali efetivada, sob o ângulo da produção do sentido, o trabalho propõe uma reorientação de tal atividade. Indica um redirecionamento para o ritual pedagógico de decisão sobre a produção da escrita, postulando para o professor e para o aluno, amparados pela intermediação de um modelo conceitual, o domínio social do sentido das perguntas e respostas que os envolvem no ato de escrever, o que implica, ainda, o redirecionamento da concepção estabelecida de *linguagem e signo*. Esses conteúdos formam o Capítulo 5: "Conclusão".

Faculdade de Filosofia de Minas Gerais - Raízes da idéia de Universidade na UMG

MARIA DE LOURDES AMARAL HADDAD

Orientadora:
Glaura Vasques de Miranda

Data da defesa:
19/12/88

Este trabalho analisa o processo de institucionalização das Faculdades de Filosofia no Brasil, a partir da década de vinte, e investiga especificamente a formação histórica da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. O período de 1939 a 1949 – da criação da FFMG à federalização da UMG – é estudado de modo especial através de interpretação de documentos e de entrevistas. As entrevistas foram orientadas no sentido de se obter uma visão mais global da evolução histórica dessa instituição, com o objetivo de estruturar um conjunto de reflexões sobre temas que possam ser de interesse para os debates atuais sobre as perspectivas de ensino superior no Brasil e, particularmente, sobre a concepção da Universidade.